

FRA Comunicado de imprensa

Viena/Bruxelas, 16 de março de 2016

Visões erradas e desatualizadas relativamente às pessoas LGBT põem em perigo os seus direitos fundamentais

Segundo as conclusões de um novo relatório da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), em certos Estados-Membros, os médicos ainda veem a homossexualidade como uma doença e a transexualidade como uma perturbação mental. Os sentimentos sociais negativos contra as pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgénero (LGBT) em certos grupos profissionais e de decisores políticos prejudicam os esforços da luta contra a discriminação e os crimes de ódio. No primeiro inquérito comparativo de sempre, realizado em 19 Estados-Membros, através das opiniões de funcionários públicos, profissionais de saúde, professores e agentes de polícia, é amplamente reconhecido o impacto positivo das iniciativas da UE. No entanto, os inquiridos reconhecem também que a falta de informação e de formação profissional sobre as necessidades das pessoas LGBT os impede de agir no sentido de ajudarem a combater a discriminação sistematicamente exercida sobre este grupo de pessoas.

«As pessoas LGBT têm os mesmos direitos à educação e aos cuidados de saúde e devem ser tratadas como todas as outras. Têm igualmente direito a uma vida digna, sem medos nem discriminação», afirma o Diretor da FRA [Michael O'Flaherty](#). «As constatações mais recentes da FRA revelam que alguns médicos consideram ainda - erradamente - que a homossexualidade é uma doença. Além disso, sublinham a necessidade de a UE e os seus Estados-Membros capacitarem os funcionários públicos para, no exercício das suas funções, prestarem serviços de alta qualidade que contribuam para pôr termo ao sofrimento vivido por muitas pessoas LGBT».

A FRA solicitou aos grupos profissionais mais bem colocados que identificassem os fatores que fomentam e impulsionam a execução das políticas em matéria de direitos fundamentais no terreno. Algumas das constatações principais podem ser lidas no relatório «[Professionally speaking: challenges to achieving equality for LGBT people](#)», tais como:

- A sociedade pode ser hostil para com as pessoas LGBT e os profissionais podem alimentar preconceitos, como, por exemplo, entender que a homossexualidade é uma doença transmissível. Esta situação remete para a necessidade de levar a cabo **campanhas de sensibilização mais positivas a nível nacional e da UE**, tais como as inscritas na [lista de](#)



[ações da UE](#), para aumentar o respeito pelas pessoas LGBT e pelos seus direitos.

- Todos os grupos profissionais evidenciam baixos níveis de sensibilização e conhecimento sobre as necessidades das pessoas LGBT. Esta lacuna realça a importância da **formação profissional**, bem como das **parcerias e da cooperação a nível da sociedade civil**, com vista a ajudar a combater o preconceito, em especial para com as pessoas transgénero no setor dos cuidados de saúde, e a assegurar às pessoas LGBT o mesmo nível elevado de serviço que é prestado às demais pessoas.
- A falta de informação objetiva, sobretudo nas escolas, pode dar azo a situações de intimidação e a preconceitos em fases posteriores da vida, bem como obrigar os jovens LGBT a esconderem a sua orientação sexual/ identidade de género. Os Estados-Membros devem trabalhar com as autoridades escolares e as escolas na formulação de campanhas destinadas a **tornar as escolas mais seguras e tolerantes para as pessoas LGBT**.
- Em muitos casos, os crimes de ódio contra as pessoas LGBT não são nem reconhecidos, nem denunciados, nem registados. Os Estados-Membros devem intensificar os seus esforços no sentido de garantir que as leis de **proteção contra crimes de ódio** são devidamente aplicadas e de reforçar o registo das denúncias de crimes de ódio contra pessoas LGBT.

No tocante à proteção e promoção dos direitos das pessoas LGBT, o relatório pretendeu saber junto de funcionários públicos, médicos, professores e agentes de polícia quais as leis e as políticas que funcionam e quais as que não funcionam, e porquê. Um relatório da FRA, publicado em dezembro de 2015, apresenta uma [síntese geral das leis e políticas respeitantes às pessoas LGBT a nível da UE](#). Este relatório aborda também os problemas vivenciados pelas pessoas intersexuais.

As constatações do relatório complementam os resultados do pioneiro [inquérito sobre as pessoas LGBT na UE](#), que revelou o sentimento de medo e discriminação em larga escala que assola as pessoas LGBT na UE. Os dados deste inquérito serão integralmente divulgados ainda este ano.

O relatório está disponível em: [Professionally speaking: challenges to achieving equality for LGBT people](#).

Para mais informações, contactar: media@fra.europa.eu

Tel.: +43 1 580 30 642

Notas aos editores:

- A FRA está mandatada para prestar aconselhamento baseado em elementos factuais aos decisores políticos nacionais e da UE, contribuindo assim para debates e políticas sobre direitos fundamentais mais informados e devidamente direcionados.

- Para obter mais informações sobre o [trabalho relativo às pessoas LGBTI](#) desenvolvido pela FRA, consulte o sítio Web da agência.
- As constatações do inquérito baseiam-se em entrevistas feitas a mais de 1000 funcionários públicos e profissionais da saúde, da educação e de autoridades de aplicação da lei de 19 Estados-Membros (Áustria, Bulgária, Croácia, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Malta, Países Baixos, Polónia, Roménia, Eslováquia, Espanha e Reino Unido) em 2013.
- Numa reunião a realizar em 28 e 29 de abril, em Amesterdão, o grupo de trabalho da FRA para a melhoria da denúncia e do registo dos crimes de ódio na UE analisará também a questão específica dos crimes de ódio cometidos contra as pessoas LGBTI.